

**TEXTOS NEPO 1**

**QUESTÕES DEMOGRÁFICAS  
NO PERÍODO CAFEIRO EM SÃO PAULO**

**Maria Coleta F. A. de Oliveira**

**NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO – NEPO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP  
CAMPINAS (SP) BRASIL  
AGOSTO 1985**

## **SOBRE NOSSA INTENÇÃO**

A partir de sua criação, em maio de 1982, o Núcleo de Estudos de População (NEPO), através de sua equipe de trabalho, definiu como linha mestra de investigação uma pesquisa interdisciplinar que buscasse desvendar as interrelações entre os processos de transformações socioeconômicas e a dinâmica demográfica no Estado de São Paulo.

O ponto de partida, na escala temporal, seria dado pelo período de hegemonia do café, para captar, a partir daí, a transição do trabalho escravo para o assalariado, o surgimento da industrialização, sua consolidação, e a passagem para uma economia essencialmente internacionalizada, desembocando na crise conjuntural dos anos 80.

Esta periodização permitiria surpreender a entrada de grandes contingentes populacionais trazidos pelas imigrações internacionais seguidas depois pelas internas; a urbanização que foi marcando cada vez mais o Estado; as mudanças que foram ocorrendo nos níveis e padrões da mortalidade, da nupcialidade e da natalidade. Enfim, possibilitaria documentar e caracterizar o processo de transição demográfica por que passou São Paulo.

Dentro desta perspectiva comum, nosso trabalho vem se desenvolvendo de modo de permitir que cada um de nós sem que nos afastemos do objetivo geral – vá adentrando o calendário do tempo, por atalhos distintos, para perseguir objetivos específicos também diversos.

O conjunto destas pequenas peças nos irá ajudando, no decurso de nossa convivência acadêmica, a montar um mosaico que deverá retratar nosso interesse comum, isto é, a compreensão das mútuas determinações dos processos socioeconômico e demográfico, das mudanças ocorridas neste Estado.

Este tipo despretensioso de publicação que ora se inicia pretende socializar nosso ritmo de trabalho, ampliando desta forma o conjunto de nossos interlocutores.

A série começa com "Questões Demográficas no Período Cafeeiro em São Paulo", de Maria Coleta F.A. de Oliveira.

Estão previstos ainda para este ano os números 2, 3, e 4, respectivamente: "Perfil socioeconômico de Rio Claro" (Relatório de Pesquisa) de John Marion Sydenstricker, Maria Isabel Baltar da Rocha e Ralph Hakkert;

"Alguns Problemas Teórico-Methodológicos dos Estudos de População na América Latina" de João Carlos Duarte, Lilia T. Montali, Maria Coleta F. A. de Oliveira e Neide Lopes Patarra.

"Malthus e Marx: falso encanto e dificuldade radical" de Francisco de Oliveira.

**QUESTÕES DEMOGRÁFICAS NO PERÍODO CAFEEIRO EM SÃO PAULO**

**Maria Coleta F. A. de Oliveira**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
A QUESTÃO DA MÃO-DE-OBRA.....	7
A QUESTÃO DO ACESSO A TERRA .....	10
A PRODUÇÃO COMERCIAL DE ALIMENTOS.....	15
A QUESTÃO DA FAMÍLIA.....	16
NOTAS.....	22

## RESUMO

Nos estudos sobre a economia do café em São Paulo, aspectos da população aparecem quer como condicionante das soluções encontradas para levar adiante o empreendimento cafeeiro quer como consequências destas soluções. Neste trabalho são reunidos argumentos e evidências disponíveis com vistas à compreensão das relações entre as formas de organização da produção e do trabalho e o comportamento da população no período entre 1850 e 1930. Para tanto, focalizamos algumas questões que julgamos fundamentais: a questão da mão-de-obra, a questão do acesso a terra, a importância da produção mercantil de alimentos e a questão da família.

## INTRODUÇÃO

Na bibliografia sobre o café, aspectos da população aparecem destacados aqui e ali pelos autores, quer como condicionantes das soluções encontradas para levar adiante o empreendimento cafeeiro, quer como consequências destas soluções. Uma avaliação conclusiva do papel da população no período que vai da introdução do trabalho livre, na segunda metade do século XIX, até a crise econômica mundial de 1929, certamente requer considerável massa de informações e de investimento em pesquisa de modo a que se tornem mais claros os contornos da dinâmica demográfica e de seus componentes. E isto, não apenas para o conjunto das regiões cafeeiras, mas também, para cada uma das áreas, em função do momento em que se incorporaram ao movimento de expansão da cafeicultura. Tal balanço escapa às possibilidades destas notas, cujo objetivo é reunir as principais indicações acerca do período cafeeiro em São Paulo no que diz respeito às implicações demográficas da forma como se organizava a produção agrícola mercantil. A partir destas indicações é possível identificar algumas das questões centrais à reconstrução da dinâmica demográfica no período cafeeiro<sup>(1)</sup>.

A primeira diz respeito à propalada escassez de mão-de-obra, escassez esta que teria sido responsável pelos contornos da política imigratória no período. Necessário se faz recolocar o caráter desta escassez tendo em vista os diversos momentos da constituição do mercado de trabalho.

Uma segunda questão diz respeito ao acesso à terra, tanto do ponto de vista das condições de exploração da cafeicultura (envolvendo disponibilidade de recursos e de mão-de-obra), quanto do ponto de vista do processo de divisão social do trabalho. As condições de acesso à terra adquirem importância como ingrediente da capacidade do sistema produtivo incorporar população, demandando novos contingentes ou simplesmente acomodando-se aos níveis de reprodução da população existente.

Relacionada a esta, uma terceira questão está a merecer exame mais acurado demandando, em realidade, um esforço de pesquisa ainda por ser feito. Trata-se da importância da produção de alimentos, quer nitidamente comercial, quer como parte dos excedentes ao consumo de uma agricultura de subsistência praticada no interior da grande lavoura.

Uma quarta e última diz respeito aos processos de formação da família e de sua articulação aos modos de vida engendrados pelas formas de incorporação à produção no período cafeeiro.

A resposta a estas questões em seu conjunto está longe de poder ser dada, como já foi salientado. Mesmo porque, embora o período cafeeiro na história paulista tenha sido

intensamente pesquisado, muitos dos aspectos relevantes permanecem ainda encobertos. Isto para não mencionarmos as especificidades de cada uma das regiões que participaram do ciclo cafeeiro. Estas dificilmente reproduzem os processos identificados para o conjunto, já que diferem os momentos em que se incorporam ao movimento de expansão da cafeicultura em direção ao oeste do estado. É possível, no entanto, sumarizar alguns pontos mais relevantes em relação a cada uma destas questões e apontar aqueles sobre os quais as evidências disponíveis sugerem desde já algumas pistas a serem posteriormente exploradas.

## **A QUESTÃO DA MÃO-DE-OBRA**

Antes mesmo do fim do regime escravista, as fazendas de café em São Paulo começaram a introduzir mão-de-obra livre. Por iniciativa de fazendeiros, trabalhadores europeus – em sua maioria suíço-alemães, mas também portugueses e de outras nacionalidades – foram trazidos para o trabalho nos cafezais, regidos por contratos de parceria. Através deste contrato, o trabalhador e sua família recebiam uma quantidade de pés de café para cuidar, colher e beneficiar. Os rendimentos do cultivo eram então divididos ao final do ciclo agrícola, deduzidas as despesas de transporte e comercialização. Recebiam os imigrantes permissão para o cultivo de cereais, em geral nas próprias ruas do cafezal e permissão para criação de animais, mediante pagamento de aluguel do pasto. Além do aluguel da moradia, os imigrantes deveriam amortizar com seu trabalho a dívida contraída pela viagem da Europa até a fazenda, dívida esta cujos valores eram acrescidos de juros anuais.

A dureza das condições contratuais provocou conflitos e ocasionou ajustes, redundando na transformação gradual dos contratos de parceria em contratos de locação de serviços, conhecidos a partir da década de 60 como contratos de colonato<sup>(2)</sup>.

Através deste contrato, o trabalhador recebia uma quantia fixa em dinheiro pelo trato do cafezal e uma quantia variável pela produtividade alcançada na colheita. Permanecia a permissão para a produção direta de alimentos e para a criação de animais. A questão das despesas com o transporte dos trabalhadores imigrados permanece objeto de negociação e regulamentação até os anos 80, quando são instituídos subsídios oficiais à imigração. A partir desta época as despesas com o suprimento de mão-de-obra são assumidas pelo Estado, eliminando um dos mais sérios entraves à continuidade do fluxo de mão-de-obra para a cafeicultura.

A imigração europeia foi responsável por uma ampla e elástica oferta de mão-de-obra para a lavoura de café. Em razão do caráter exógeno do suprimento de braços, a transição para o regime de mão-de-obra livre se deu sem rupturas na organização social vigente<sup>(3)</sup>. Isto é, a população nacional permaneceu integrada à atividade cafeeira através da abertura de novas áreas

para o plantio, avançando com sua pequena produção alimentar ao mesmo tempo em que novos cafezais eram formados.

Duas características da imigração estrangeira para o café são particularmente importantes. Em primeiro lugar, a vinda de trabalhadores europeus em massa não se prendeu apenas às necessidades de mão-de-obra para as lavouras, mas, também, à existência de expressivos contingentes populacionais dispostos a migrar em seus países de origem. As dificuldades porque passavam as economias europeias, especialmente a italiana, nas últimas décadas do século XIX, deram origem a uma ampla oferta potencial no mercado internacional de mão-de-obra, oferta esta mobilizada não apenas pelo Brasil mas, também, pela Argentina e Estados Unidos.

Em segundo lugar, a continuidade do fluxo migratório adquire importância fundamental. Esta continuidade convive com os frequentes reclamos contra a escassez de mão-de-obra por parte de fazendeiros. Isto decorre do permanente processo de expansão da fronteira cafeeira, expansão esta acentuada pelo menos em parte, pelas alterações no regime de trabalho. Como fim da escravidão, a propriedade territorial, e não mais o escravo, passa a integrar o conjunto de garantias oferecidas pelos fazendeiros para a obtenção de crédito. Este aspecto, salientado por Martins<sup>(4)</sup>, constitui elemento adicional necessário à compreensão da expansão da fronteira cafeeira, além da própria expansão do mercado consumidor do produto e do comportamento de seus preços. Este avanço da fronteira alimenta os fluxos de saída de trabalhadores das áreas consolidadas e/ou envelhecidas para as novas terras incorporadas à economia do café. Estas novas terras apresentavam maior fertilidade, permitindo melhores resultados na produção independente de alimentos por parte dos colonos, e oferecendo possibilidades de ganhos significativos nas colheitas de café em razão da produtividade dos novos cafezais.

A introdução de mão-de-obra estrangeira marca o início de um processo de constituição do mercado de trabalho, cujas características valem a pena observar.

Em primeiro lugar, chama a atenção a independência entre salários e as condições de oferta e demanda de mão-de-obra. Autores como Cano<sup>(5)</sup> e Martins<sup>(6)</sup> já haviam chamado a atenção para o fato de não ter havido pressão altista sobre os salários apesar da frequente alegação de insuficiência de braços para as lavouras. Vangelista<sup>(7)</sup> retoma a questão demonstrando, com base nos dados disponíveis, a independência dos salários, tanto em relação à demanda quanto à oferta de mão-de-obra. Esta independência decorria, aparentemente, da existência de um razoável contingente de reserva constituído não só por mão-de-obra imigrada, mas também, por segmentos de população nacional não sistematicamente incorporado ao trabalho no cafezal.

Além disto, argumenta-se que para boa parte da mão-de-obra pelas fazendas de café, o



salário não constituiria a parcela mais importante de seus rendimentos. De fato, para os colonos, a parcela mais importante de seus rendimentos parece ter origem no trabalho independente nas culturas intercalares de alimentos e na criação de pequenos animais. O mesmo pode ser dito com relação a mão-de-obra ocupada na formação de novos cafezais, cujo sustento advinha das roças de cereais que mantinham ao longo do período de formação das lavouras cafeeiras.

Em segundo lugar, o mercado de trabalho apresenta-se segmentado sob vários pontos de vista. Este aspecto é enfatizado por Vangelista<sup>(8)</sup>, constituindo importante elemento a ser levado em conta. Do lado da oferta, a mão-de-obra se distingue entre escrava, nacional e estrangeira, estes últimos, identificados de acordo com as diferentes origens nacionais. A cada um destes segmentos populacionais são associadas características que interferem nas suas possibilidades de absorção pela economia cafeeira. Embora as razões relacionadas à frequentemente alegada indolência do elemento nacional sejam insuficientes para explicar o tipo de incorporação da mão-de-obra nativa no período cafeeiro, é razoável admitir que as condições históricas tenham forjado estereótipos e preconceitos que funcionaram como ingredientes nas relações entre os agentes envolvidos.

Do lado da demanda, a organização da produção cafeeira requeria a participação de personagens diversos, nem sempre intercambiáveis. A organização do trabalho nos cafezais em base familiar tornava específica a demanda de trabalhadores para o trato, demanda esta, portanto, possível de ser atendida por apenas uma parte da oferta. Trabalhadores avulsos eram empregados nas lavouras de café apenas excepcionalmente, quando a força de trabalho das famílias de colonos era insuficiente para dar conta de todo o cafezal. Assim é que apanhadores de café, gente avulsa, eram frequentemente procuradas na época da colheita, quando esta corria o risco de ser prejudicada pela inexistência de braços em número suficiente no momento necessário. Além destes, havia os camaradas, cujo trabalho não supunha a participação dos membros da família. Os camaradas eram trabalhadores assalariados, ocupados em atividades diversas da fazenda não necessariamente vinculadas à produção de café (cuidado dos pastos, roças de fazenda, animais, etc) ou ligadas ao processamento do produto após a colheita.

Uma terceira característica do mercado de trabalho era a instabilidade da mão-de-obra. A ela fizemos referência quando tratamos da importância da continuidade do fluxo imigratório. Estudos recentes apontam para o fato de que era frequente a troca de fazenda pelo colono após a safra, em busca de melhores condições de trabalho<sup>(9)</sup>. Para as primeiras décadas deste século, o testemunho de Ramos<sup>(10)</sup> autor contemporâneo aos fatos, dá conta da existência de uma

drenagem continua de mão-de-obra das áreas velhas para as novas, atraída pelas perspectivas de melhores ganhos no trabalho da terra. Aos fazendeiros que perdiam seus colonos restava recorrer aos novos imigrados ou atrair para suas terras aqueles empregados em fazendas vizinhas. Desse modo, a estabilização da mão-de-obra constitui para os fazendeiros um problema permanente, optando alguns pelo recrutamento de parentes ou conterrâneos de seus colonos com vistas à melhor fixação da mão-de-obra<sup>(11)</sup>.

O recurso a imigrantes atraídos por cartas de chamada aponta para uma quarta importante característica do mercado de trabalho no café. Esta diz respeito ao precário sistema de distribuição de mão-de-obra, concentrada na capital paulista e daí remetida para as fazendas. Tal concentração obrigava o fazendeiro a dirigir-se a São Paulo para o recrutamento de trabalhadores, recolhidos à chegada na Hospedaria dos Imigrantes. Somente em 1906 é criada a Agência Oficial de Colocação, passando a funcionar como instrumento de aproximação da oferta e da demanda.

Outro aspecto a ser destacado é a abertura de oportunidades fora da lavoura para imigrantes e nacionais e volvidos na economia cafeeira. A atividade cafeeira reforçou e ampliou a rede urbana herdada do ciclo açucareiro, criando, com o passar do tempo, alternativas de trabalho não agrícola. Para isso contribuiu grandemente a expansão das ferrovias, abrindo a oferta de trabalho para a construção das linhas e para a manutenção dos equipamentos. As cidades funcionavam, além disso, como centros de distribuição dos produtos industrializados importados, acentuando-se este papel em algumas delas em razão da ferrovia. Paralelamente; a transformação artesanal e mesmo industrial de produtos agropecuários ou não, para consumo local e regional, diversifica paulatinamente a estrutura de oportunidades, especialmente em períodos de importação difícil, como durante a primeira Grande Guerra. Isto vale para salientar que, apesar da fazenda de café constituir a grande demandatária da mão-de-obra importada, a imigração estrangeira alimentou também, direta ou indiretamente, a urbanização<sup>(12)</sup>.

## **A QUESTÃO DO ACESSO A TERRA**

No debate teórico corrente, três fatores responderiam, isolada ou combinadamente, pelas relações entre a dinâmica demográfica e as formas sociais de organização da produção que marcam os diversos períodos da história. Estes fatores são, em primeiro lugar, as necessidades ou demandas por um certo volume de mão-de-obra, em razão dos níveis tecnológicos vigentes e/ou das soluções sociais, de incorporação da mão-de-obra. Os movimentos da população – através da mortalidade, da nupcialidade, da natalidade e das migrações – tenderiam a se ajustar no tempo

a estas demandas, pela ação de mecanismos variados. Em segundo lugar, e em razão do anterior, estariam embutidos nos distintos regimes de trabalho estímulos e/ou desestímulos a tipos de comportamento com determinadas consequências demográficas. Estes estímulos podem iniciar sobre um ou mais dos fatores responsáveis pela dinâmica demográfica acima apontada. Em terceiro lugar, diferentes regimes produtivos podem ser mais ou menos capazes de absorverem uma reprodução ampliada da população, sem necessariamente, apresentem demandas ou estímulos a este ou aquele resultado demográfico.

Sem nos determos numa avaliação sistemática de modelos e teorias a respeito das tendências demográficas, os aspectos mencionados nos permitem tratar da questão do acesso à terra na economia cafeeira do ângulo de suas implicações demográficas.

O primeiro dos argumentos remete-se para a questão da compatibilização entre a enorme disponibilidade de terras e a necessidade de mobilização de amplos segmentos populacionais, de modo a subordiná-los aos objetivos da produção cafeeira mercantil. Os arranjos de mão-de-obra que se sucederam ao regime escravista constituíram soluções que buscavam atender a esta questão, soluções estas que envolviam formas diferenciadas de usufruto da terra disponível. A importação maciça de trabalhadores apresenta-se como alternativa mais viável frente aos limites colocados pelos interesses do capital mercantil envolvido na produção cafeeira. A produção da população necessária à economia cafeeira deu-se, portanto, fundamentalmente através da volumosa migração internacional tendo, assim, um caráter exógeno à organização produtiva da fazenda.

É no segundo e terceiro argumentos que as formas de usufruto da terra adquirem importância. Dos regimes que marcaram a transição para o trabalho livre, tanto a parceria como o colonato envolveram o acesso controlado à terra. Controlado porque subordinado ao trabalho compulsório nos cafezais. Desse modo, a discussão da questão do acesso a terra passa por seu exame no interior da grande lavoura. Esta discussão não se esgota aí, no entanto, requerendo também o exame do papel da pequena propriedade na expansão cafeeira.

Atenhamo-nos ao regime do colonato, que se generalizou no oeste paulista a partir das décadas finais do século XIX. Nesse regime, a possibilidade de usufruto da terra encontra-se subordinada ao trabalho no cafezal. Esta subordinação expressa-se pela clara relação entre a quantidade de pés de café aos cuidados do colono e sua família e a quantidade de terra e suas características, nas quais era permitida a produção independente de alimentos. Tomando por base as indicações contidas na bibliografia existente sobre o café, a produção independente dos colonos era feita tipicamente nas ruas do cafezal, determinando

o contrato a parcela cafezal aos cuidados de cada família em que tal cultivo podia ser feito. Através desta mesma bibliografia sabemos que restrições eram por vezes impostas ao cultivo intercalar, em função do envelhecimento dos cafeeiros e do progressivo esgotamento do solo. Não está claro com que frequência e com que efeitos estas restrições foram impostas, sabendo-se, no entanto, que áreas fora do cafezal para cultivo alimentar substituíram por vezes a permissão anteriormente dada às roças intercalares.

Por outro lado, a bibliografia converge em apontar o cultivo independente como o aspecto do contrato que mais interessava ao colono, que nele via a possibilidade (real ou aspirada) de produzir excedentes ao consumo que, uma vez comercializados, lhes permitiria acumular algum pecúlio. Como já mencionamos páginas atrás, a busca de melhores resultados no trabalho independente parece ter-se constituído num fator fundamental a explicar a drenagem continua de mão-de-obra das áreas velhas para as mais novas. Contudo, a precariedade das fontes de informação disponíveis e a diversidade de condições entre as diferentes fazendas mesmo nas áreas mais velhas, tornam difícil avaliar a possível intensidade das restrições à produção independente dos colonos. Sabe-se, por exemplo, que a marcha do café para oeste conviveu com índices reduzidos de exploração das terras nas áreas mais velhas, deixando um amplo espaço à expansão das fronteiras internas a essas áreas. Ou seja, apenas uma pequena parte das propriedades encontrava-se plantada com cafeeiros, permitindo a convivência de lavouras novas e lavouras velhas dentro de uma mesma fazenda<sup>(13)</sup>. Muitos fazendeiros puderam eventualmente com pensar as restrições impostas nos velhos cafezais com facilidades mais amplas nos cafezais mais novos.

Este mesmo conjunto de dificuldades torna difícil avaliar quais teriam sido as reações predominantes dos fazendeiros face à dificuldade em reter colonos em suas fazendas, à medida que a fronteira cafeeira se deslocava no espaço. Como já mencionamos em páginas atrás, o fluxo de trabalhadores de zonas velhas para zonas mais novas parece ter sido contínuo ao longo da expansão do café rumo a oeste. As novas áreas, com solos ainda pouco explorados e, portanto, mais férteis, atraíam colonos de outras áreas e novos imigrantes, em decorrência da produtividade que as culturas alimentares podiam alcançar, representando possibilidades mais elevadas de produção de excedentes ao consumo.

A bibliografia sobre o colonato aponta dois tipos de reações por parte dos fazendeiros diante da dificuldade em reter colonos em suas fazendas. Uma delas seria o aumento dos salários como forma de compensar os menores rendimentos das culturas de subsistência ou mesmo, as restrições a este tipo de cultura em decorrência do envelhecimento dos cafezais<sup>(14)</sup>. A proibição

do cultivo intercalar foi por vezes compensada, como já dissemos pela cessão de lotes de terreno pouco férteis e fora dos cafezais. Esta alternativa contrariava, no entanto, os interesses dos colonos, pois que, à diferença do plantio nas ruas do cafezal, as roças de subsistência passavam a exigir, nesses casos, um cuidado independente e adicional às carpas nos talhões a cargo de cada família.

Outra reação possível, mencionada por vezes pelos autores<sup>(15)</sup> e exatamente oposta à primeira. A necessidade de competir com as zonas novas teria levado os fazendeiros a aumentar o usufruto da terra para seus colonos, aumentando a relação entre o número de pés de café destinados a cada família e o tamanho da área gratuitamente cedida para produção de subsistência.

A dificuldade de apreciação do que teria ocorrido decorre da inexistência de dados que permitam reconstruir, no tempo e no espaço, estas possibilidades. Na verdade, ambas, as reações (ou a escolha entre elas) dependiam das condições particulares das lavouras, variáveis de fazenda para fazenda. Além disso, dependiam também da capacidade que cada fazenda possuía de expandir sua fronteira interna, pela incorporação de terra ociosa à produção de café, criando "áreas novas" no interior das zonas velhas.

Independentemente das dificuldades em acumular evidências empíricas que esclareçam a questão, algum esforço adicional vale a pena ser feito. Por exemplo, o tipo de indicações: trazidas por Bassanezi, acima, mencionadas, sobre as condições contratuais em diversas fazendas de uma mesma região poderiam ser melhor exploradas, com o objetivo de permitir alguma inferência acerca da extensão e importância do assalariamento. A afirmação, válida, porém genérica, de que para a sobrevivência do colono e sua família importava mais o rendimento da produção independente do que o salário recebido pelo trato ou mesmo, o pagamento pela colheita, poderá ser melhor qualificada à luz deste tipo de evidências. Sabemos, por exemplo, e os autores que trataram o período são unânimes em afirma-lo, que a remuneração pelo trato e pela colheita variou muitíssimo de fazenda para fazenda. O exame das condições estabelecidas pelos contratos em cada região e ao longo do tempo poderão levar ao estabelecimento de correlações significativas entre os salários e as facilidades e/ou dificuldades para a produção independente. Estas correlações, agregadas a outros indicadores, constituirão elementos importantes para a avaliação dos efeitos da economia cafeeira em cada região em termos da intensificação da divisão social do trabalho, da mercantilização do consumo e, portanto, do possível alargamento da estrutura de oportunidades na qual encontrava lugar segmentos da população subalterna.

Até aqui tratamos da questão do acesso a terra como usufruto inserido numa

complexa relação de trabalho como o regime do colonato. Fora da grande lavoura, porém, a discussão da questão do acesso a terra remete-nos à avaliação do papel da pequena propriedade no complexo cafeeiro.

Frequentemente, o tema da pequena propriedade no período do café aparece relacionado à grande crise econômica dos anos 30 deste século, crise esta que teria levado ao parcelamento da terra por parte de fazendeiros empobrecidos, incapazes de manterem íntegras suas propriedades. Autores como Kageyama são céticos em relação a questão constituindo, no entanto, voz quase isolada na literatura do período<sup>(16)</sup>.

Independentemente da crise, sabe-se que alguns fazendeiros chegaram a parcelar suas terras, com a venda de lotes a pequenos agricultores, com vistas à formação de colônias que funcionariam como reservatórios de mão-de-obra para as fazendas de café<sup>(17)</sup>. A formação de colônias de pequenos proprietários, em geral imigrantes, constituiu uma das linhas da política imigratória à época da transição do trabalho escravo para o livre. Várias colônias oficiais tiveram origem nesta política que, no entanto, viu frustrados seus objetivos, suplantados pela necessidade de subordinar o acesso à terra ao trabalho na grande lavoura de café. Numa feliz expressão de Martins, "nem regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo"<sup>(18)</sup>.

Contudo, a questão da importância da pequena propriedade merece ser melhor investigada. As poucas indicações existentes sugerem que o parcelamento da terra teve início antes mesmo da grande crise, muitas vezes não necessariamente decorrente de crises na cafeicultura, mas provavelmente, como ajustes locais à expansão e consolidação do complexo cafeeiro.

Os dados do levantamento agrícola e zootécnico de 1904-1905, ainda pouco explorados, não deixam margem à dúvida a importância relativa da pequena propriedade cafeeira nos principais municípios produtores de café à época<sup>(19)</sup>.

Comparações efetuados destes dados com aqueles referentes a 1818, apontam para uma desconcentração da propriedade da terra e para uma redução do tamanho das fazendas<sup>(20)</sup>. Também os dados apresentados pelo Censo de 1920 revelam a presença considerável da pequena propriedade em muitos dos municípios cafeeiros, presença esta provavelmente acentuada em 1920 e 1935, como indica Azzoni com relação a Araraquara<sup>(21)</sup>. Neste último caso, como provavelmente em outros, pequenos produtores de café distribuíam-se em áreas de solo mais pobre, ocupando as grandes fazendas os solos mais ricos. Para Rio Claro, Diniz<sup>(22)</sup> aponta indícios de parcelamento de terra em torno da passagem do século, apesar da pequena importância atribuída à pequena propriedade na região por autores como Dean<sup>(23)</sup>.

Independentemente dos efeitos da crise econômica de 1920, é certo que a história da pequena propriedade em São Paulo lhe é anterior, restando melhor qualificar sua importância no complexo cafeeiro. Exceção feita ao parcelamento de terra em consequência de crise e ao reconhecimento da presença de pequenos produtores no processo de ocupação da fronteira cafeeira do extremo oeste paulista e norte do Paraná, a possível ampliação de pequenos produtores próximos aos centros urbanos no período cafeeiro mereceu reduzidíssima atenção. Os diversos especialistas na história do período são enfáticos ao afirmar a urgência de qualificada investigação histórica a respeito<sup>(24)</sup>. A presença de máquinas de beneficiar café e também algodão em várias das cidades do café parece revelar a presença, nestas regiões de produtores incapazes de manterem em seus empreendimentos as fases industriais de produção agrária. Além disso, a formação de mercados urbanos ao longo do roteiro do café teria criado condições para o desenvolvimento de uma produção comercial de alimentos, provavelmente muitas vezes associada à produção cafeeira em pequenos e médios estabelecimentos. Em casos como o de Rio Claro, e, eventualmente, de terras inadequadas ao plantio do cafeeiro a transformação do núcleo em centros urbanos regionais podem ter conduzido a que a pequena propriedade voltada para a produção de alimentos adquirisse maior importância do que aquela reconhecida até o presente.

A expansão de uma produção comercial de alimentos constitui, portanto, outro elemento a ser investigado para que se tenha uma melhor compreensão da intensificação do processo de divisão social do trabalho ao longo do período cafeeiro, processo este de importância central para a reconstrução da dinâmica da população nele envolvida.

## **A PRODUÇÃO COMERCIAL DE ALIMENTOS**

O papel desempenhado pela produção de alimentos aparece como aspecto fundamental a ser esclarecido no que diz respeito à discussão sobre o acesso à terra no período cafeeiro.

A importância desta produção para consumo dos colonos – parte integrante da solução encontrada para a exploração do excedente econômico no ciclo cafeeiro aponta para o fato de que a cultura do café não foi de forma alguma uma atividade monocultora. Este aspecto é salientado por Gnaccarini, em contraponto às características associadas à expansão da cana-de-açúcar a partir dos anos 50 deste século<sup>(25)</sup>.

Mas a questão da produção de alimentos vai além da constatação de sua importância como produção direta da subsistência de trabalhadores empregados nas lavouras cafeeiras. O que está em questão é a extensão da mercantilização do consumo desencadeada pela

economia cafeeira para além das fronteiras das fazendas. No entender de alguns especialistas, a história da produção comercial de alimentos está ainda por ser escrita, demandando considerável exploração dos registros disponíveis. Nesta história é possível que se constate uma diversidade agrícola maior do que aquela em geral admitida para o período cafeeiro. Esta diversidade estará, além disso, intimamente ligada à história da urbanização no período cafeeiro, respondendo as cidades por parte da demanda de "gêneros da terra"<sup>(26)</sup>.

A ampliação na demanda por alimentos parece ter como marco a primeira Grande Guerra. Não só àquela altura a rede urbana estava em boa medida consolidada, como também as dificuldades de importação (crise cambial e crise de superprodução de café) constituíram estímulos à produção agrícola de caráter comercial, especialmente de cana-de-açúcar, milho e algodão. A partir dos anos 20 a diversificação da agricultura torna-se mais evidente. O avanço da economia cafeeira rumo ao Paranapanema norte do Paraná se dá através de empreendimentos imobiliários de colonização, sendo a terra parcelada em lotes rurais de menor tamanho, incrementando-se a produção comercial de outros itens além do próprio café<sup>(27)</sup>.

Pouco se sabe porem, além destes poucos fragmentos de evidências, merecendo investigação a extensão desta diversificação agrícola no período de predominância econômica do café. A reconstrução da história da produção de alimentos poderá lançar luz sobre aspectos obscuros do período cafeeiro, aspectos de segura importância do ponto de vista demográfico. A acomodação dos diferentes segmentos populacionais no complexo cafeeiro, tais como a população cabocla nacional, os ex-escravos e, mesmo, diferentes gerações de imigrantes estrangeiros, está longe de ser totalmente esclarecida.

## **A QUESTÃO DA FAMÍLIA**

A discussão acerca das implicações demográficas do período cafeeiro envolve, necessariamente, a consideração de um dos aspectos centrais à organização do trabalho sob o colonato que, como já mencionamos, constituiu a principal forma de mobilização da mão-de-obra para o café. Este aspecto é a família.

A introdução do trabalho livre na cafeicultura se fez, de fato, pela incorporação de trabalhadores contratados em grupos familiares. A organização do trabalho em turmas de escravos, comandados por um feitor, cedeu lugar a grupos de trabalhadores comandados pelo chefe da família e titular do contrato de trabalho. Embora tenha sido mantida a figura do administrador, do fiscal e do responsável pela colônia, parte do controle sobre o processo de trabalho foi transferida para o chefe de família<sup>(28)</sup>.



Tanto na parceria como no colonato, combinavam-se a produção independente do trabalhador e sua família com os encargos do cultivo e colheita do café. No regime do colonato – para fixarmos-nos no sistema que se generalizou nas últimas décadas do século passado – os salários pagos aos colonos pelo trabalho familiar nas lavouras de café constituíam, segundo consta, a parcela menor dos rendimentos do trabalhador que, assim, dependia do que pudesse obter nas roças alimentares, intercaladas ao cafezal ou em lotes cedidos pelo fazendeiro para tal finalidade. O peso relativo dos salários vis a vis a produção direta da subsistência merece, como já apontado, melhor avaliação ao longo da expansão da cafeicultura. Esta tarefa é, contudo, extremamente difícil tendo em vista a escassez de dados adequados.

Independentemente desta avaliação, no entanto, é importante reter que, no colonato, a família constitui a base da organização do trabalho. É esta base familiar que permite articular as duas formas de trabalho presentes no colonato, uma subordinada outra independente.

Do ponto de vista do fazendeiro o colonato atendia a várias demandas. A solução encontrada foi uma forma de fixar mão-de-obra nas fazendas, de dispender o mínimo possível de recursos com o pagamento de salários, de garantir no âmbito da fazenda uma força de trabalho excedente. Os estímulos à fixação de trabalhadores na fazenda dependiam das possibilidades de produção independente oferecidas nos contratos de trabalho. Para o colono, o trabalho no cafezal constituía um preço a ser pago pelo direito à terra.

Além disso, o contrato de colonato propiciava ao fazendeiro um menor dispêndio em dinheiro do que aquele necessário ao pagamento de camaradas, ou seja, de uma força de trabalho completamente assalariada, excluída a possibilidade de produção independente<sup>(29)</sup>.

Finalmente, a contratação de famílias e a divisão de seus membros pelas diferentes atividades necessárias à sobrevivência do grupo, mantinha em disponibilidade braços não sistematicamente envolvidos no cultivo dos cafeeiros. Garantia-se assim, a mão-de-obra adicional necessária nos períodos de colheita. Estes períodos encontravam deste modo, uma considerável margem para a intensificação da exploração da força de trabalho familiar, engajados que eram a esta época mulheres e crianças eventualmente poupadas das fainas do cafezal durante as carpas.

Mas, a bibliografia sobre o assunto vai além de apontar e demonstrar a importância da organização dos trabalhadores em famílias. Afirma-se frequentemente que as famílias eram grandes. Estas afirmações são, no entanto, apoiadas em dados frágeis, sustentando-as lógica de argumentos sobre a maior adequação da família grande às necessidades de funcionamento da organização produtiva das fazendas de café.

Do ponto de vista dos fazendeiros interessava-lhes famílias grandes porque poderia

cuidar um número maior de cafeeiros. A contratação de famílias grandes garantiria a mão-de-obra necessária para o cuidado do cafezal, reduzindo o número de famílias a serem mantidas na fazenda. Além disso, as famílias grandes seriam melhor adaptáveis às condições contratuais que os fazendeiros estavam dispostos a oferecer, pois que poderiam melhor associar as obrigações do trato do cafezal com as roças de subsistência, necessárias à manutenção da família. Famílias grandes seriam também desejáveis porque significavam disponibilidade de braços adicionais para as colheitas, período em que a garantia da mão-de-obra necessária tornava-se questão vital para o fazendeiro.

Este interesse dos fazendeiros por famílias de muitos membros teria levado à adoção de critérios de seleção de candidatos à imigração. Referência a estes critérios são feitas por vários dos autores sobre o período. Porém, as informações levantadas por Holloway sugerem que, durante a vigência de programas oficiais de estímulo a imigração estrangeira para o Brasil, o requisito da organização em grupos familiares para migrar teria pesado mais que o tamanho da família. De fato, a presença de um grupo familiar qualificava os candidatos para os benefícios da migração subsidiada, exigindo-se apenas a presença de, pelo menos, um adulto do sexo masculino em cada família migrante<sup>(30)</sup>.

De um modo geral, porém, o que se depreende da bibliografia é que as famílias dos colonos, especialmente colonos estrangeiros, seriam grandes, tamanho este resultante de uma escolha seletiva por parte dos fazendeiros e dos responsáveis pela política imigratória. Esta seletividade decorreria de uma melhor adequação da família grande às condições da organização do trabalho nas fazendas de café.

Alguns dos argumentos, no entanto, abordam a que tão da maior ou menor adequação das características familiares ao tipo de organização do trabalho, focalizando-a do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores. Deste modo, as famílias sob o colonato teriam sido grandes não apenas porque seu tamanho interessasse aos fazendeiros, mas também, porque interessava às estratégias de sobrevivência das famílias de trabalhadores. Dentro desta linha de argumentação as famílias com muitos membros podiam tirar maiores vantagens das características do contrato de colonato. Somente as famílias grandes conseguiriam atingir níveis de subsistência acima das necessidades vitais, sendo capazes de acumular seus pequenos excedentes ao consumo<sup>(31)</sup>.

Tomando-se por base as características do contrato de colonato, pode-se pensar que as famílias com maior número de braços podiam assumir não só o cuidado de um maior número de cafeeiros mas, também, e em consequência, podiam desfrutar de uma área maior dentro ou fora do cafezal – para o cultivo de suas roças. Do ponto de vista da organização do trabalho familiar –

isto é, da distribuição de tarefas dentre os membros da família um maior número de braços permitiria, em tese, melhor utilização da força de trabalho familiar, possibilitando uma divisão do trabalho entre os membros da família, de modo a dar conta com menos esforço, tanto do cuidado do cafezal, quanto das culturas de subsistência. Famílias maiores poderiam desempenhar-se melhor de suas tarefas, impondo menos intensidade de trabalho a seus membros. Além disso, a comercialização dos excedentes ao consumo produzidos pela área maior disponível para as roças de subsistência, significavam a possibilidade de melhoria social, mediante o emprego dos pecúlios formados na aquisição de um pequeno negócio na cidade ou de um ou de um sítio para produção independente<sup>(32)</sup>.

As implicações demográficas destas afirmações e argumentos são de distintas naturezas. Em primeiro lugar, a imigração estrangeira mobilizada para fazer face aos requisitos de mão-de-obra da cafeicultura teria sido responsável pela introdução maciça de população com padrões reprodutivos elevados, com possível impacto sobre os níveis de fecundidade locais. Em segundo lugar, o tipo de organização do trabalho amplamente adotado teria oferecido sustentação a estes padrões demográficos, premiando as famílias prolíficas. Em terceiro lugar, e em decorrência do anterior, o colonato teria conduzido à fecundidade elevada através dos estímulos à família grande nele embutidos<sup>(33)</sup>.

Apresentados os argumentos, vamos aos fatos. E aqui entramos, mais uma vez, num reino de lacunas e imprecisões. Vale, contudo, o esforço de reunir o que existe para avaliar a quantas andamos.

As informações e estimativas quanto aos níveis de fecundidade são insuficientes especialmente para a 2ª metade do século XIX. As indicações disponíveis, no entanto, sugerem uma fecundidade elevada no período cafeeiro, mas possivelmente inferior àquela vigente no período açucareiro<sup>(34)</sup>. Contudo, os precários dados disponíveis referem-se ao conjunto de população, não permitindo avaliar-se o comportamento de seus segmentos. Este é um obstáculo que dificilmente será possível superar.

O mesmo não ocorre com informações a respeito do tamanho da família. Ainda que os dados existentes não permitam inferências totalmente seguras, podemos com eles chegar mais perto de diferentes camadas da população, identificando comportamentos diferenciais<sup>(35)</sup>.

Sem a pretensão de realizarmos um balanço exaustivo do material existente, vale destacar alguns pontos. Em primeiro lugar, o tamanho médio das famílias encontrado dificilmente poderia ser qualificado de grande, apesar de por vezes assim julgado pelos

autores<sup>(36)</sup>. Em segundo lugar, não existe uma correspondência necessária entre tamanho da família e número de membros aptos ao trabalho. Esta aptidão depende, fundamentalmente, da idade dos integrantes do grupo familiar. Portanto, a disponibilidade de braços varia em função do ciclo de desenvolvimento da família. As informações disponíveis não permitem, no entanto, discriminar as famílias pela etapa do ciclo em que se encontram<sup>(37)</sup>. Em terceiro lugar, por se encontrarem as famílias em distintas etapas de seu ciclo, as médias calculadas reúnem famílias em seu tamanho final e famílias ainda em expansão. Da mesma forma, não sabemos em que medida os tamanhos observados resultam da ação de fatores como a mortalidade, a migração de membros do grupo familiar, etc.

A partir do que foi dito acima, e antes de prosseguirmos no exame dos argumentos, vale destacarmos uma conclusão preliminar. Independentemente da real magnitude das famílias, é extremamente problemático extrair-se consequências demográficas das formas de organização do trabalho. Entre as demandas imputadas à organização da produção nas fazendas de café e as características das famílias de colonos responsáveis pelo trabalho, estão a interferir fatores tais como a mortalidade e o tempo necessário para que um padrão de fecundidade se expresse em braços disponíveis ao trabalho.

A complexidade resultante da interferência destes e de outros fatores nos faz questionar mais a fundo a hipótese subjacente à maior parte dos trabalhos. Aquela explica o tamanho supostamente elevado das famílias pelas necessidades da organização da produção. Trata-se de um sistema que demanda famílias grandes ou de um sistema capaz de acomodar com sucesso famílias com estas características? Ou seja, a forma de organização do trabalho gera uma demanda por filhos ou, ao contrário, e capaz de absorver uma oferta, cujos determinantes se encontram alhures?

Colocadas estas questões, o problema se torna, sem dúvida, ainda mais complexo. Esta constitui, no entanto, a melhor forma de enfrenta-lo, sob pena de elidirmos as dificuldades que impedem a transformação de hipóteses plausíveis em interpretações convincentes.

Dito isto, retornemos os argumentos e examinemo-los a luz desta conclusão preliminar.

No que diz respeito aos interesses dos fazendeiros por famílias com muitos braços, a equação contida nos argumentos reproduzidos anteriormente não é tão simples quanto à primeira vista poderia parecer. A organização do trabalho em bases familiares trazia, além das vantagens mencionadas, a possibilidade do fazendeiro contar com mão-de-obra excedente no período da colheita. Na hipótese da intensificação da exploração desta mão-de-obra no trato situação hipoteticamente desejável em que um pequeno grupo de famílias grandes tocara o cafezal durante as carpas — a flexibilidade necessária no que diz respeito a força de trabalho

mobilizável para os períodos de pico de demanda seria reduzida. Além disso, o funcionamento daquela organização produtiva da fazenda cafeeira dependia da articulação da produção direta da subsistência com a atividade no cafezal. Em consequência, algum limite a intensificação da exploração da força de trabalho no trato teria que ser respeitado, sob pena de colocar em risco as pré-condições em que se apoiava aquela forma de mobilização de mão-de-obra. Essa discussão serve para enfatizar um aspecto já destacado em páginas anteriores. O de que os arranjos de mão- de obra eram em boa medida variáveis em função das características específicas de cada fazenda, de cada região. Variavam, inclusive, em função da situação da oferta de mão- de-obra o que, dadas as características já apontadas do mercado de trabalho em formação, obrigou certamente a ajustes de interesses entre empregadores e empregados.

Examinando os argumentos do ponto de vista dos trabalhadores, resta saber em que situações poderiam eles tirar proveito destes ajustes. E, aqui, importa considerar o tamanho da família do colono, ou melhor, o tamanho da força de trabalho nela disponível. Dada uma certa estrutura de oportunidades de ganhar a vida, como as famílias com diferentes capacidades produtivas podiam lançar mão destas oportunidades?

Considerando-se o período cafeeiro, nas fases iniciais de expansão rumo ao Oeste Paulista, as oportunidades para os trabalhadores empregados como colonos nas fazendas de café eram limitadas. Além do trato e da colheita, havia a possibilidade de trabalho avulso assalariado para a fazenda. É possível que famílias com um maior número de trabalhadores pudessem tirar vantagens da combinação de diferentes fontes de rendimento<sup>(38)</sup>. Do ponto de vista da intensidade de trabalho, famílias com um maior número de trabalhadores poderiam desfrutar de um menor dispêndio de energia para resultados econômicos semelhantes ou mesmo ampliados. Isto parece ser verdade para as responsabilidades com o trato do cafezal, permitindo que famílias com maior número de trabalhadores pudessem teoricamente tirar melhor partido das roças independentes<sup>(36)</sup>. Ainda nestas fases iniciais, havia a possibilidade de engajamento na fronteira, como formadores de fazendas. Provavelmente eram as famílias com maior capacidade de trabalho que podiam lançar-se nessa empreitada, já que seus rendimentos dependiam inteiramente da produção independente durante o período de crescimento dos cafeeiros.

Consolidada a economia cafeeira, a urbanização associada à expansão abriria certamente associada à expansão abriria certamente associada à expansão abriria certamente novas oportunidades, quer de trabalho na cidade, quer para a produção independente de alimentos, dentro das fazendas ou em pequenas propriedades.

A possibilidade dos trabalhadores explorarem estas e outras alternativas estava certamente na dependência da força produtiva individual e familiar. Esta dependia não apenas

do tamanho da família, mas do estágio do ciclo vital em que se encontravam<sup>(39)</sup>.

Vale ainda apontar mais alguns aspectos da questão. Estamos até aqui trabalhando hipóteses em torno dos possíveis estímulos à prolicidade embutidos na forma como o trabalho se achava organizado nas fazendas de café. Nas discussões acima, relativizamos a eficácia destes estímulos. As indicações reunidas nos levaram a pensar que as características da estrutura de oportunidades no período cafeeiro, se não estimulariam, pelo menos deixariam espaço a fecundidade elevada, não colocando obstáculos definitivos a ampliação do tamanho da família.

Nesta mesma linha vale considerar aspecto bastante importante da organização do trabalho. No colonato era garantida ao trabalhador uma certa margem de autonomia. Autonomia permitida não apenas pela possibilidade de tocarem roças independentes, mas também, pelo controle que o colono podia exercer sobre o processo de trabalho. Em outra oportunidade exploramos exaustivamente esta característica de regime do colonato<sup>(40)</sup>. Lá demonstramos como a autoridade do chefe de família se exercia não apenas no "mundo da casa", mas fundamentalmente, no "mundo do trabalho", esferas indissociáveis pelo fato de que parte das responsabilidades quanto à organização do trabalho agrícola estavam transferidas ao chefe da família e titular do contato. O controle pelo colono do processo real de trabalho que esta transferência permitia lhe dava, também, flexibilidade na alocação da mão-de-obra familiar. E esta flexibilidade dava margem à participação produtiva da mulher dona-de-casa, capaz de conciliar sua atividade reprodutora e produtora. Portando também deste ângulo, o regime de colonato, se não estimulava a demanda por filhos, abria espaço para a ampliação da oferta.

## NOTAS

(1) Este trabalho constitui parte do projeto de pesquisa em andamento no Núcleo de Estudos de População da UNICAMP sobre as Transformações Socioeconômicas e a Dinâmica Demográfica no Estado de São Paulo. No correr dos trabalhos foi realizada uma série de seminários com os seguintes especialistas: Wilson Cano, Peter Eisenberg, Maurício Font, Michael Hall, José de Souza Martins, Maria Flora Ohtake, Nestor Goulart Reis Filho, Brasília J. Sallum Jr., Julita Scarano e Robert Slenes. Participaram das discussões os seguintes integrantes da equipe do NEPO: Maria Sílvia B. Bassanezi, Elza S. Berquó, Carlos Eugênio de C. Ferreira, Ralph Hakkert, Daniel J. Hogan, Maria Coleta F. A. de Oliveira e Neide L. Patarra.

(2) Veja-se a respeito da evolução nas formas contratuais de utilização de mão-de-obra livre, com visões não necessariamente semelhantes, entre outros, VIOTTI DA COSTA, E. **Da senzala a colônia**. São Paulo, SP: DIFEL, 1966; MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo, SP: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979; SALLUM JR., B. **Capitalismo e cafeeicultura**. São Paulo, SP: Duas Cidades,

1982; STOLCKE, V.; HALL, M. M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, SP, v. 3, n. 6, p. 80-120, 1983.

(3) Este e outros aspectos são salientados por VANGELISTA, C. **La braccia per la fazenda. Immigrati e "caipiras" nella formazione del lavoro paulista (1850-1930)**. Milan: Franco Angeli Editore, 1982. (Trabalho no qual amplamente nos apoiamos para a discussão que se segue).

(4) MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo, SP: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.

(5) CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, SP: DIFEL, 1977.

(6) MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo, SP: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.

(7) VANGELISTA, C. **La braccia per la fazenda. Immigrati e "caipiras" nella formazione del lavoro paulista (1850-1930)**. Milan: Franco Angeli Editore, 1982.

(9) Veja-se HOLLOWAY, T. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho na economia cafeeira em São Paulo – 1885-1915: uma análise preliminar. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 2, n. 6, p. 145-180, 1972; HOLLOWAY, T. **Migration and mobility. Immigrants as laborers and landowners in the coffee zone of São Paulo, Brazil, 1886-1934**. Ph.D. Dissertation, University of Wisconsin, Madison, 1974.

(10) RAMOS, A. **O café no Brasil e no estrangeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 1923.

(11) Este aspecto é apontado por Bassanezi em sua análise da Fazenda Santa Gertrudes em Rio Claro. Veja-se BASSANEZI, M. S. C. B. **Fazenda Santa Gertrudes: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista, 1895-1930**. 1973. Tese (Doutorado) – FFCL, Unesp de Rio Claro, Rio Claro, SP, 1973.

(12) Consulte-se a respeito GRAHAM, D. H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro, 1880-1930. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 3, n.1, p. 7-64, 1973.

(13) HOLLOWAY, T. **Migration and mobility. Immigrants as laborers and landowners in the coffee zone of São Paulo, Brazil, 1886-1934**. Ph.D. Dissertation, University of Wisconsin, Madison, 1974. Veja-se também AZZONI, A. et al. Alguns problemas da propriedade cafeeira em Araraquara. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO, 2., 1975. **Anais...** (Coleção Revista de História, v. LIX, 1975).

(14) Cf. SALLUM JR., B. J. op.cit. BASSANEZI relata a compensação salarial em várias fazendas da região de Rio Claro nas quais os salários foram sempre mais altos quanto maiores foram as restrições ao cultivo intercalar. Veja-se sua tese de doutoramento já citada.

(15) Esta é a hipótese sustentada por FONT.M. **Changing patterns in the social organization of the coffee export sector in São Paulo, 1889-1930**. Ann Arbor: University of Michigan, 1982. (CRSO Working Paper n. 268)

(16) Cf. KAGEYAMA A. **Crise e estrutura agrária**. 1979. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, 1979. (Mimeo)

(17) Referências sobre este assunto aparecem na bibliografia. Veja-se a passagem de VANGELISTA, C. **La braccia per la fazenda. Immigrati e "caipiras" nella formazione del lavoro paulista (1850-1930)**. Milan: Franco Angeli Editore, 1982. P. 181-182 e as observações de AZZONI et al., op. Cit sobre Araraquara.

(18) MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo, SP: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979. p. 32. Consulte-se sobre o assunto sua análise da Colônia de São Caetano em A imigração e a crise no Brasil agrário. São Paulo, SP: Pioneira, 1973.

- (19) Veja-se os dados apresentados por LOUREIRO, M. R. G. em sua Tese de Doutorado em Sociologia Terra, família e capital. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1984. Oriundos do levantamento de 1904-5.
- (20) Cf. SILVA, J. G. (Coord.). As transformações na estrutura agrária paulista, 1818-1976. **Texto para Discussão 9**, Campinas, SP, 1981.
- (21) Cf. AZZONI, A et al., op. cit.
- (22) DINIZ, D. M. F. L. **Rio Claro e o café**. 1973. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Unesp, Rio Claro, SP, 1973.
- (23) DEAN, W. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1977 e **A pequena propriedade no complexo cafeeiro: sitiantes no Município de Rio Claro, 1870-1920**. **Revista de História**.
- (24) Esta constitui uma das conclusões a que chegaram as discussões realizadas sobre o período cafeeiro mencionadas à Nota (1).
- (25) GNACCARINI, J. C. **Latifúndio e proletariado**. São Paulo, SP, Polis, 1980.
- (26) Observação feita por Sallum Jr. Em seminário sobre o tema (NEPO, 1984) de que as terras cultivadas com milho representam cerca de 1/3 das terras com cafezais, proporção esta tendente a aumentar à medida que o café expandia para o Oeste, constitui uma das indicações a serem melhor exploradas. A impressão deixada pelos dados de 1904-1905 é de que a agricultura paulista era bastante diversificada. Veja as observações à respeito em SILVA, J. G. As transformações na estrutura agrária paulista, 1818-1976. **Texto para Discussão 9**, Campinas, SP, 1981. p. 33-34.
- (27) Cf. FDNT, M., op. cit.
- (28) A importância da família na organização do trabalho nas fazendas de café é ponto pacífico. Alguns autores, porém, tratam mais exaustivamente da questão. Dentre os clássicos sobre o período veja-se MARTINS, J. S. **Do escravo ao assalariado nas fazendas de café, 1880-1914**. A gênese do trabalhador volante. Trabalho apresentado ao Seminário sobre População e Mão-de-obra na América Latina, 1880-1930. Universidad Internacional Menendez-Pelayo, Santandér (Espanha), 1982 e SALLUM JR., B. J. Capitalismo e cafeicultura, op. cit. Além deles, vale consultar SILVA DIAS, A. M. **Fatura ou carestia ou da proletarização do colono de café**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, São Paulo, SP, 1979. (Mimeo); OLIVEIRA, M. C. F. A. **A produção da vida**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1981.
- (29) Veja-se a respeito BASSANEZI, M. S. B. **Fazenda Santa Gertrudes**, op. cit., SALLUM JR., B. J. **Capitalismo e cafeicultura**, op. cit. e VANGELISTA, C. **La Braccia**, op. cit.
- (30) É interessante lembrar a esse respeito cenas do recente filme GAIJIN que, em dado momento, mostra a coerção ao casamento para a emigração ou a destinação de uma jovem japonesa a um jovem candidato a emigrar para o Brasil, sem que isso implicasse em qualquer relação de afinidade entre as pessoas, anterior ao momento da emigração. Parece que, de fato, famílias "artificiais" foram formadas para atender às exigências da política imigratória, recurso este utilizado amplamente por imigrantes japoneses. Sobre as características da política imigratória, veja-se HOLLOWAY, T. **Migration and Mobility**, op. cit., cap.5.
- (31) Esta parece ser a opinião de Martins; Sallum Jr. e Font vários outros que trataram do assunto.



(32) Holloway sustenta a tese de que boa parte daqueles imigrantes engajado na cafeicultura teve a possibilidade de realizar o sonho camponês, tornando-se pequenos proprietários de terras no Brasil. Esta não é a opinião de autores como Hall e Dean, já citados.

(33) Os argumentos do trabalho de Paiva vão nesta direção, apoiando-se no fato de que com a composição da subsistência do tipo da existente sob o colonato, os filhos não representariam custo. Cf. PAIVA, P. T. A. O processo de proletarização como fator desestabilização dos níveis de fecundidade no Brasil. VII Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Processo de Reprodução da População (PROREPOP), CLACSO, Cuernavaca (México), 1982.

(34) Veja-se MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista**. Tese (Livre-Docência em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1974; SAWYER, D. R. T. O. **Mortality-fertility relationships through historical socio-economic change: the case of São Paulo, Brazil**. Ph.D Dissertation, Harvard School of Public Health, 1980; NEPO. **Transformações socioeconômicas e dinâmica demográfica paulista**. II Relatório de Andamento, Campinas, 1984.

(35) Os dados de que temos conhecimento são os seguintes: a) Registros estatísticos das primeiras colônias de café em São Paulo, entre 1851 e 1878, sem uniformidade cobertura para cada um dos anos. Os trabalhadores a que se referem são, em maioria, estrangeiros, regidos por contratos de parceria ou pelos contratos de locação de serviços, ambos anteriores ao colonato. O material foi levantado pela autora no Arquivo do Estado de São Paulo; b) Registros estatísticos de imigrantes entrados na Hospedaria dos Imigrantes entre 1902 e 1928, reunidos por Holloway em seu já citado. *Migration and mobility*...c) Registros dos livros contábeis de grande fazenda no município paulista de Rio Claro, para os anos de 1908 e 1919 trabalhados por Bassanezi em seu já citado *Fazenda Santa Gertrudes*... Este material está sendo retrabalhado pela autora, com resultados preliminares reunidos no artigo "A família na fazenda de café: tamanho e força de trabalho", IV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, 1984.

(36) Para os trabalhadores estrangeiros que inauguraram o regime de trabalho livre em São Paulo, regidos por contratos de parceria ou de locação de serviços, encontramos entre 1851 e 1859 e entre 1876 e 1878, tamanhos médios de família entre 4,4 e 5,0 membros. Nesse período, dispomos de informações individualizadas para 676 famílias. Destas 53,4% possuíam de 3 a 5 membros. Para o conjunto de imigrantes que entre 1902 e 1928 passaram pela Hospedaria dos Imigrantes, encontramos tamanhos médios de família entre 4,2 e 5,5 pessoas. Tomando-se as famílias de colonos empregadas em uma grande fazenda de café no Oeste Paulista, entre 1908 e 1919, encontramos tamanhos médios de família entre 6,11 e 6,85 membros.

(37) Cf. Bassanezi, *Fazenda Santa Gertrudes*...; op. cit. e *A família na fazenda de café*...; op.cit. Em ambos os trabalhos há indicações de que era maior o rendimento monetário de famílias que combinavam diferentes formas de rendimentos, aí incluídas famílias que podiam deslocar alguns de seus membros para atividades com contratos de trabalho distintos.

(38) Trabalhando os dados apresentados por Bassanezi em seu já citado "A família na fazenda de café... tabelas 6 e 7 percebe-se que variava a produtividade de trabalhadores de famílias com número de pessoas de trabalho distintas. Trabalhadores sozinhos cuidavam de um maior número de pés de café, em média, colhiam em média mais alqueires e trabalhavam mais dias avulsos. Se considerarmos para a colheita e para o trabalho avulso não apenas os trabalhadores efetivos na família, mas o conjunto de seus membros, a situação se altera um pouco. Com relação ao trabalho avulso, a média por número de

peessoas na família flutua; com relação à colheita, famílias com maior capacidade produtiva tem uma produtividade maior. Estas observações são, contudo, imprecisas, pois se apeiam em dados médios.

(39) Vale acrescentar uma informação preliminar a este respeito. Mais uma vez, lançamos mão dos dados de Bassanezi A família na fazenda de café... Tomando-se os dados da tabela 6, percebe-se que para se passar de uma família com um trabalhador para outra com 2 trabalhadores, requeria-se, em média, o acréscimo de 1,6 pessoas na família. De 2 para 3 trabalhadores, no entanto, requeria-se apenas 0,5 pessoas a mais em média na família. Esta mesma situação se repete, alternadamente na passagem de 3 para 4, de 4 para 5 e de 5 para 6 trabalhadores. Nem sempre o investimento em membros adicionais necessários a liberar mais um trabalhador se repete em anos sucessivos. Além do que, o raciocínio aqui utilizado é de que as famílias distribuídas por classes de número de trabalhadores disponíveis estariam dispostas em um contínuo temporal de desenvolvimento familiar. Isto, rigorosamente, não é verdade. Mas ser vê para demonstrar a não correspondência entre tamanho da família e sua capacidade produtiva.

(40) Veja-se OLIVEIRA, M. C. F. A. A produção da vida, op. cit.

## **DEMOGRAPHIC QUESTIONS IN THE COFFEE PERIOD IN SÃO PAULO**

Maria Coleta F.A. de Oliveira

From the beginning of the second half of the XIX the century to the present, comercial coffee production has deeply marked Brasil's regional and national economies, especially until World War II. From this point on, the intensification of the transformation of primary products in manufactured consumer goods and the growing expansion of machine production and of producer's goods lead to the transfer from agriculture to industry as the leading sector of the economy.

The period in which we are interested is restricted to the one in which the coffee economy is consolidated in the so called western São Paulo, based on free labor. Occupying a large portion of a former sugar cane area, the commercial production of coffee will be responsible for significant transformations in the social division of labor, between 1850 and 1930. Many of these transformations, although evident and unquestioned, are yet to be uncovered in their long term implications. The emergence of a consistent and extensive urban network, a unique case in the Brazilian territory, is one of them.

The same can be said about demographic trends. A conclusive evaluation of the role of population during the period from the introduction of free labor – in the second half of the XIX th century – to the economic crash of 1929, will certainly demand a considerable amount of research. This is true for the whole period, as well as for the distinct regions that were

incorporated at different moments to the expansive movement of the coffee frontier.

Such a task is beyond the scope and possibilities of these notes, which focus on some of the central arising from bringing together available evidence. These questions relate to the demographic implications of the form in which mercantile agricultural production was organized during the above-mentioned period.

In the studies of the coffee economy in São Paulo, aspects related to population appear either as conditions to or as consequences of the social solutions found in order to carry on coffee production. Conditions and consequences can be better appraised if we take into account the three factors which form the basis of coffee production: land, in great abundance; population, supposedly scarce; and labor arrangements capable of mobilizing population for the production of surplus. The historically singular combination of these three elements allows us to examine aspects of great importance for the comprehension of demographic dynamics of the period. These aspects are agricultural labor supply and demand; the possible incentives to certain types of demography behavior by the population segments concerned; the capacity of the economic system to absorb demographic supply.

### **LABOR SUPPLY AND DEMAND**

Even before the abolition of slavery, beginning in 1850 the coffee planters of São Paulo began to introduce free labor on their plantations. European immigrants were brought to work in the coffee fields, governed by different kinds of contracts. This foreign immigration increases during the 70's, remaining almost the only source of labor for the coffee plantation once slavery was abolished (1888).

Thus, free European workers replace black slaves on coffee plantations. The exogenous character of labor supply helped to keep the status quo unchanged, maintaining forms of integration of free national population to the coffee economy. The nationals continued to participate in the opening up of new plantation areas, combining independent food production with the formation of new plantations. This combination was responsible for the enlargement of the coffee economy frontiers. At its base is the availability of vast lands, which in turn made it difficult to subordinate the people to mercantile production of coffee. Hence, the situation was one of a limited availability of a mobilizable population the mercantile capital and not, as some has affirmed, of demographic shortage.

European immigration was, thus, responsible for a large and elastic supply of workers to São Paulo's coffee plantations. The existence of a population ready for immigration in the

countries of origin, as well as the continually renewed necessity of labor force for expanding coffee production account for these characteristics.

The extension of coffee frontiers was due not only to the expanding consumer market for the product, but also to the fact that new forms meant lands of high productivity, very attractive to capital and labor under the conditions of those days. As for capital land (and no longer slaves) was the guarantee of renewed loans from banks and Casas Comissárias (trading houses). As for labor, new lands meant higher yields during the coffee harvest as well as in independent food production.

Thus, demographic dynamics of the period are marked by foreign immigration. The quantitative impact of this movement is better known, although it is difficult to estimate net immigration by existing registers. As for the qualitative effects of European migration very little is known. While aspects of daily life can be traced to the cultural origins of the formation of our people, we know next to nothing about the impact of these traditions on the demographic behavior of successive European generations and their descendants in the adopted land.

### **INCENTIVES TO DEMOGRAPHIC BEHAVIOR**

If it is true that the continuity of coffee production during the transition from slavery to free labor required the mobilization of considerable population, little is known about the consequences of this high demand for the demographic behavior of population segments, once they entered coffee plantations.

Several studies of agrarian society in Brazil point towards the importance of the family-unit as labor force.

Very often, the high levels of fertility and birth-rates in Brazil are related to the existence of forms of production based on the family, or to persistence of values and attitudes that go back to the still recent, rural origins of large portions of Brazilian society.

Besides this, in the discussion about demographic transformation in the west as a whole, innumerable arguments exist about the effects of labor organization on aspects of individual and family life, with significant demographic implications. In more recent works about the European demographic transition, for instance, differences in the organization of the agrarian world in France and England are the basis for the identification of different population regimes in those countries during the process of industrialization. Those

differences would be responsible for changes in nuptiality and birth-rates which occur along with the process of proletarianization.

Regarding the coffee economy of São Paulo, examination of possible demographic consequences of the labor organization forms requires considering two fundamental aspects of the general and predominant form of labor contract, the colonato: the familial basis of labor organization and the conditions of access to land.

The colonato contract involved work in the coffee field of the planter (weeding and harvesting) as well as work in independent subsistence crops. Under this labor regime, each family of colonos, represented by its head, was responsible for the care of a certain number of coffee plants, receiving for this work a fixed amount of money. The number of coffee plants was proportional to the number of family members capable of work; the colono's family participated in the harvest, and yields depended upon the productivity reached by the group as a whole. Besides this, they were allowed to cultivate subsistence crops, generally but not always in the row formed by the trees. The possibility of using land was, hence, subordinated to coffee work. The contract itself established a relationship between the number of coffee plants the family had to take care of and the amount of land inside or outside the coffee plantation in which the colono could plant food for his and his family's subsistence.

Labor organization on coffee plantations as well as in subsistence crops was of a familial type. Once the contract conditions were established – concerning the number of coffee plants and laborers, the frequency and timing of hoeing, as well as preparations for the harvest, and the type and location of independent subsistence agriculture – it was up to the colono to organize his family's work. Although his daily routine was closely controlled by overseers, the fundamental point was the ability of each family to meet each task in its due time. Within these limits, the colono could administrate the working capacity of his family, assigning time and workers either to the obligations with the planter or to the demands of his food crops.

The possibility of an independent crop is seen as the aspect of the contract in which the colono was most interested. Production coming from this work would meet a significant part of family subsistence; more than that, the possibility of commercialization of the surplus represented the only alternative for accumulating cash, opening a perspective of social mobility.

These characteristics of the colonato lead many authors to say that the larger the family, the better the possibilities of gain for the workers. This assertion is based upon the proportionality established between working capacity, money remuneration and possibility of producing surplus in subsistence crops. Higher working capacity expressed by the number of family members able to work – would mean a higher income and, consequently, the possibility of

accumulating surplus, beyond family consumption.

This argument serves as a basis for a second one. Namely, that large family would be more suitable to coffee farm work under the colonato regime. In addition to the advantages of a large family size for the worker himself, it is argued that large families were also interesting to the planter. With a given size of coffee plantation, large families meant that fewer of them were needed to carry out agricultural work. Large families also meant availability of additional workers, i.e. of members not systematically involved in plantation work (wives, elderly and children), but needed during the harvest. Besides that, successful families, able to meet all contract obligations, meant stable labor, willing to remain on the plantation. Therefore, the reasons which made it advantageous for workers to have large families would also be reasons for the planters to recruit them.

As a corollary to the above arguments the idea that the colonato regime on coffee plantations of western São Paulo would imply a certain stimulus to the formation of large families has become a generally accepted conclusion. Conditions under the colonato would be an example of a much more general principle according to which, the greater the access to land for the subsistence of population, the greater the incentives to enlarge the family.

A review of the existing literature reveals, nevertheless, that we are still far from proving this. That the family was large because family labor was crucial still remains as a hypothesis.

In reality, the importance of the family as a basis for labor organization in the colonato is uncontested. However, there are insufficient data to evaluate, in time and space, the relative significance of wages and access to land under the colonato. Undoubtedly there are strong indications that the importance of direct production of subsistence was substantial. There is however evidence suggesting that planters adapted various solutions to overcome the drain of labor from already consolidated coffee regions to frontier ones. These solutions – stimulus to remain on the farm – depended on the conditions of their plantations, and also on the possibility of opening new frontiers within the already occupied area, via the exploitation of virgin lands. Thus, wage increases and amplification of land use rights went together. It is still difficult to evaluate the relative importance of each of these reactions labor shortage.

In addition, the relationship between size of family and this working capacity is not yet established. Since the possibility of work depends fundamentally on one's age, the productive potential of the family varies as a function of its life cycle stage. Hence, large families necessarily passed through periods in which working capacity was relatively small compared to size.

In defense of the hypothesis concerning a better fit of large families to the colonato

system, the selectivity in the immigration policy is frequently cited. In fact, elements of the above-mentioned arguments appear in some records of the discussions between farmers and government authorities concerning the eligibility criteria for candidates to subsidized immigration. In theory subsidies for transportation between Europe and Brazil should favor families with a larger number of laboring members. The existing data, however, are not conclusive enough. The small differences in the average size of families in the spontaneous and subsidized immigration categories require more data to support the selectivity hypothesis. Also, situations in which "artificial families" were formed in the countries of origin in order to qualify for subsidized transportation, although real, are not enough to evaluate effectiveness in selective immigration policies. They only document the interest of planters and officials in immigration as a source of labor.

To sum up, the available data do not confirm the assertion that immigrant family size was truly large. At least in average terms families which came here were not as large as the emphasis on its size in the literature would imply. With approximately five members, they would be similar to modern Brazilian families.

But the question about incentives to behavior, contained in the existing forms of demographic production organization in a given period, is a still more complicated one. The number of children is a consequence, not only of behavior tending to higher fertility, but also of the impact of mortality. In this sense, time – responsible for the maturation of conditions that determine working capacity expressed by age – and mortality – responsible for children's life expectation – interfere in the relationships between the possible demands for labor coming from organization of production and fertility. This fact makes the equation extremely complex, and even difficult to be sustained unless we could assume either a natural mechanism for adjusting behavior to necessities or the action of a rational calculus, both extremely improbable.

## **DEMOGRAPHIC SUPPLY AND DEMAND**

The line of argument followed in the preceding pages leads us to propose an inversion of the current hypothesis about the relationships between social organization of labor and demographic behavior.

It seems reasonable to admit that different form of organization of production and labor offer, in different degrees, either obstacles or facilities to reproductive behavior, i.e.

greater or fewer restrictions to high fertility. Thus, these social forms are distinguished by a higher or lower capacity to absorb a demographic supply, which is not necessarily determined by them.

From this perspective, the generalization of the colonato in Western São Paulo meant the generalization of a working regime extremely flexible from the labor absorption point of view. Not only were the dynamics of coffee expansion highly labor consuming, but also the form by which work was organized allowed, at the family level, an easy incorporation of additional labor. Let us explain how.

The contract conditions under the colonato regime were based fundamentally upon the number of available workers in the family. This number determined the number of coffee plants the family received to take care of, and the extension of land – on or off the coffee plantation – in which the formation of subsistence crops was permitted. This system made possible, thus, the accommodation of families with different working capacities.

Since the family was a labor force unit or abundance of laboring members could be dealt with by redistributing working responsibilities among them. It is true that scarcity or abundance would imply different intensity requirements for their work. But the important point is that favorable conditions or an equilibrium situation from the domestic point of view could be reached either by large or small families.

The need to intensify family labor usually involved the incorporation of married families to systematic plantation work. In such situations, wives and mothers combined productive and domestic labor. This was another consequence of the way by which production was organized in the period focused on in this paper. The relative autonomy or control by the colono over the working process accounted for the flexibility to accommodate labor needs. This flexibility accounts for the possibility of conciliating having Children and multiple domestic burdens with providing subsistence means.

In addition to that, the fact that consumption was not completely monetized is also responsible for the relative facility of accommodating high fertility. An additional child would not imply higher money expenses such that expectations of increasing burdens could represent an obstacle to family enlargement. Thus, aspects related to the organization of production and labor, but not directly dependent on the economic role of children as family labor force, were probably responsible for a great deal of flexibility from the demographic behavior point of view.

This is not to deny, that large families, in periods of higher productive capacity could have benefitted from working conditions of the time. That a favorable combination of possibilities of earning a living and of family characteristics has worked as a stimulus to high fertility is pure



supposition.

Nevertheless, it is true that fertility is not the only starting point for the examination of the relations between social organization and demographic behavior. The levels at which population reproduction occurs also depend on nuptiality. It would certainly be possible to relate conditions under the colonato to differences in marriage age and frequency. Nevertheless, there are not enough data to permit a significant advance in this direction. It seems that leaving the parental home has often been a path fraught with conflict because of the economic importance of children. Despite that, we do not know what was the net impact of conflicting interest on marriage age for men and women.

In addition, the transformation of coffee regions during the period of expansion and consolidation of the coffee economy produced, certainly, changes in the relationships between plantations and urban centers. The intensity of trade and of monetization of trade and monetization of farm worker's consumption, the working opportunities outside the plantations, the importance of commercial agriculture in small size properties, etc, are aspects of social and economic life of the period that certainly went through many alterations. Greater attention to these aspects constitutes a necessary step for a more adequate analysis of demographic questions during the coffee period in São Paulo.